



Alargar a acção de denúncia e oposição à degradação salarial e das condições de trabalho que a par da generalidade dos trabalhadores atinge de forma galopante as profissões tecnicamente mais qualificadas e os quadros técnicos e científicos!

Apesar da denúncia das degradantes condições, em especial as remuneratórias, para a contratação de profissionais com habilitações de nível superior que constaram de “ofertas” de emprego vindas a público no primeiro semestre do corrente ano, com a cumplicidade dos Centros de Emprego, e que tiveram grande repercussão, sobretudo no sector da saúde, **verifica-se que tal fenómeno não foi contido, revelando-se, pelo contrário, sinais de progressão no número de casos detectados e nas profissões abrangidas.**

Merece referência a luta empreendida por enfermeiros e médicos, que no caso destes contou com o recurso a uma greve de dois dias e manifestação junto ao Ministério da Saúde, demonstrou que:

- **A manifestação e a greve não constituem formas de luta a que os quadros técnicos e científicos estejam inibidos de recorrer** quando a gravidade da agressão a que estão sujeitos o justificar.
- Apesar dos inevitáveis incómodos que resultaram, neste caso, pela privação temporária de serviços de saúde, **a população atingida compreendeu que os objectivos e as razões foram, senão idênticos são, pelo menos afins aos que se relacionam com os problemas que diariamente se agravam para a grande maioria dos portugueses.**
- Quando se alcança uma sólida unidade nos objectivos e um elevado nível de mobilização na luta **é possível impor recuos substanciais a quem ataca os trabalhadores,** nomeadamente, no caso, forçando a abertura à negociação e o reconhecimento da inaceitabilidade de condições degradantes do exercício profissional.

A degradação das condições para o exercício profissional anda a par da evolução da recessão económica e do desemprego, que se revela na incessante progressão de encerramento de empresas e serviços e no crescimento do número de desempregados. **Tal é o resultado das**

chamadas “medidas” ou “reformas estruturais” que, por assim serem apelidadas, pretendem ser de inquestionável justiça e rigor, mas que mais não visam que a reposição da ordem social e económica rejeitada em 25 de Abril de 1974, animadas hoje por expectativas do seu aprofundamento a coberto da conjuntura internacional que, no nosso país é representada pela famigerada TROIKA e pelos memorandos celebrados pelo actual e anterior Governo.

Ainda que o Governo continue a afirmar a inevitabilidade do agravamento das condições de vida da grande maioria dos portugueses para a necessária consolidação orçamental, os mais recentes dados da execução desta revelam que não se verifica a inversão anunciada do défice, mas, pelo contrário, se constata acentuada redução da receita fiscal, que não foi compensado pela **redução (em 16% na administração central) da despesa com pessoal da administração pública, que teve impactos negativos nas condições de prestação dos serviços públicos e, inevitavelmente, se agravará com a recente imposição legal de redução cega de chefias nas autarquias locais sem ter em conta critérios de eficiência e responsabilidade dos serviços atingidos.**

Impõe-se continuar a luta contra a redução salarial, aumento dos horários de trabalho, precarização das condições de desempenho, desvalorização/banalização do trabalho extraordinário, para que possa haver uma inversão radical da política recessiva, que leva ao encerramento de empresas e serviços e ao esbulho de sectores estratégicos da actividade económica e de salvaguarda da democracia, de que são exemplo as privatizações já concretizadas ou anunciadas nos sectores da energia, dos transportes e da comunicação social.

Defender os níveis retributivos e as condições de exercício da actividade profissional dos trabalhadores que se encontram no activo é vital para os que se encontram em situação de desemprego e que, rejeitando o caminho da emigração apontado pelo Governo, anseiam por reinserção profissional em condições dignas.

A situação imposta aos trabalhadores que perderam o seu posto de trabalho, como é o recente caso dos milhares de professores não colocados e forçados a tal condição, justifica prosseguir a luta por rumos capazes de relançar a economia e proporcionar acesso a empregos com direitos compatíveis com a qualidade do desempenho, **apelando-se, por isso ao envolvimento dos desempregados na “Marcha contra o desemprego” promovida pela CGTP-Intersindical Nacional a levar a cabo nos próximos dias 5/13 de Outubro.**

A CPQTC